

PARECER ESPECIAL

I – RELATÓRIO

Vem a exame desta relatoria o seguinte projeto:

Protocolo Interno nº 2.737/2025.

Projeto de Lei nº 64/2025.

Autoria: Poder Executivo

Assunto: - "Derroga dispositivo da Lei Municipal nº 3.030 de 20 de janeiro de 2017, conforme específica".

Foi solicitado e aprovado a aplicação do regime de urgência especial ao Projeto de Lei nº 64/2025, acima relacionado, com fulcro no art. 200 do Regimento Interno, tendo sido nomeado relator especial, para elaboração de parecer especial, conforme determina o art. 201 do mesmo diploma regimental.

É o relato do necessário.

II – DA ANÁLISE DO MÉRITO

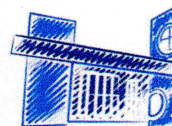
Nos termos do art. 201 do Regimento Interno, concedida a urgência especial para o Projeto de Lei nº 64/2025, projeto que não conte com pareceres, o Presidente designará Relator Especial, para a elaboração de parecer escrito.

O projeto de lei supracitado tem como objetivo a derrogação (revogação parcial) do §2º do artigo 3º da Lei Municipal nº 3.030, de 20 de janeiro de 2017, com a redação que lhe foi dada pela Lei Municipal nº 3.286, de 03 de junho de 2022.

A Lei Municipal nº 3.030/2017 instituiu o Programa de Concessão de Bolsas de Estudos no âmbito do Município. A posterior Lei nº 3.286/2022 alterou a norma original, inserindo, entre outras modificações, o §2º ao artigo 3º, que estabeleceu a exclusividade na concessão de bolsas à instituição de ensino que vencesse determinado processo licitatório.

O presente Projeto de Lei visa, portanto, extirpar do ordenamento jurídico a referida regra de exclusividade, em consonância com os **princípios da impessoalidade e da isonomia**, além de restringir o poder de escolha dos estudantes beneficiados pelo programa.

Diante do exposto, este parecer conclui que o **Projeto de Lei nº 64/2025** se reveste de plena **constitucionalidade e legalidade**, visto que sua iniciativa é do Chefe do Poder Executivo, autoridade competente para legislar sobre a organização e o funcionamento de programas e serviços da administração municipal. Materialmente, a revogação do dispositivo que cria a exclusividade na concessão de bolsas de estudo está em harmonia com os princípios



constitucionais da impessoalidade, isonomia e razoabilidade, visando aprimorar a política pública de educação e ampliar o poder de escolha dos estudantes.


Assim, respeitada a iniciativa e não encontrando nenhuma ilegalidade e/ou inconstitucionalidade ao projeto de lei, não vislumbro qualquer impedimento para tramitação da Matéria, pois está em consonância com a legislação de regência.

Por todo exposto, o referido Projeto de Lei nº 64/2025, tanto na iniciativa quanto na competência material, se encontra regular e apto para a tramitação nesta casa de Lei.

III – CONCLUSÃO

Com base nos argumentos acima expostos, este relator especial opina pela regular tramitação do projeto e pelo prosseguimento de submissão ao plenário, para análise, discussão e votação.

Cordeirópolis, 25 de novembro de 2025.


CÍCERO DE CÁSSIO DA SILVA SARAIVA
RELATOR ESPECIAL